

ATA N.º 4

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Edifício da Delegação da Freguesia de Lousã e Vilarinho, em Vilarinho, reuniu a Assembleia de Freguesia em reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira.
- 2 – Renúncia ao mandado de membro da Assembleia e verificação e posse de novo elemento.
- 3 – Eleição de vogal para o executivo da Junta sob proposta do Presidente da Junta.
- 4 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo.
- 5 – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia.
- 6 – Apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, sob proposta do executivo.
- 7 – Apreciação e votação de alterações à toponímia.

O Presidente da Assembleia, Carlos Santos, abriu a sessão começando por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de Público, o Presidente da Assembleia questionou se o mesmo pretendia usar da palavra no período que lhe estava destinado. Não se registando qualquer inscrição, o Presidente passou ao período antes da Ordem de Trabalhos, propondo que se invertessem os pontos um e dois, de forma a que o novo elemento da Assembleia tivesse legitimidade para participar ativamente na reunião.

Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Antes mesmo de dar início à Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia empossou o novo membro da bancada do PSD, tendo-se verificado a identidade e legitimidade do mesmo, que a seguir se descreve: Hélder José Pereira Ferreira, portador do Cartão de Cidadão número 11265814, nascido a 24/07/1978, residente em Avenida Dr. José Maria Cardoso, nº 17, 5ºEsquerdo, 3200-202 Lousã.

Dando a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, **António Marçal**, apresentou um acordo de Execução e um Contrato Administrativo de Delegação de Competência, assinados entre a Câmara Municipal da Lousã e a Junta e Freguesia de Lousã e Vilarinho.

Inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Hélder Lourenço.

Da bancada do PS, João Santos, Ana Sêco.

Hélder Lourenço afirmou que os acordos apresentados são uma mais-valia para a freguesia, no entanto, dado que altera toda a estrutura da junta, interroga quais os apoios específicos que serão disponibilizados pelo Município da Lousã.

João Santos complementou a informação veiculada por António Marçal, afirmando que este tipo de acordos veem regularizar uma situação já tipificada.

Ana Sêco pediu esclarecimentos sobre a utilização da nova logomarca da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, dado que a mesma não só não se encontra aprovada em Assembleia de Freguesia, mas igualmente não está referenciada nas atas do Executivo da Junta. A mesma referiu ainda que os símbolos são manifestações gráficas de grande importância cultural, criados para transmitir informações sobre o Município e o sentimento de respeito da população diante da história de sua Freguesia, pelo que todos os membros da Assembleia e a própria Comunidade devem participar na elaboração da mesma.

Usando a palavra, **António Marçal** começou por responder às intervenções de Hélder Lourenço e João Santos, afirmando que só através dos Anexos a estes acordos, será possível verificar a especificidade dos mesmos.

Passando à questão de Ana Sêco, o presidente da Junta confirmou que a logomarca nunca foi aprovada em reuniões de Executivo e de Assembleia comprometendo-se, no entanto, a trazer este ponto à Assembleia de Freguesia até Setembro de 2014.

Tendo sido colocado à votação a aprovação do acordo de Execução e do Contrato Administrativo de Delegação de Competência, os mesmos foram aprovados por unanimidade.

Entrando no **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos**, informação escrita do senhor Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira. **António Marçal** procedeu a uma breve explanação da situação financeira da Junta, destacando o não pagamento à empresa FreSoft, responsável pelo software de contabilidade POCAL, devido à inexistência de apoio técnico por parte desta entidade.

Inscreveram-se:

Da bancada do PSD, Carlos Soares.

Da bancada do PS, João Santos.

João Santos, no uso da palavra, interpelou o presidente do Executivo no que concerne às limpezas, alertando para a necessidade de intervenção urgente em diversos locais, nomeadamente devido à realização de festividades e procissões.

Carlos Soares questionou sobre a nova escola e sobre a audiência de julgamento onde estiveram presentes os membros do Executivo.

António Marçal referiu que existe um mapa com todas as festividades religiosas afixado no Estaleiro, para que os funcionários possam proceder à limpeza dos respetivos Lugares.

Passando à interpelação seguinte, António Marçal referiu que a abertura da nova escola implicará o encerramento de algumas escolas primárias no Concelho. Relativamente à audiência em tribunal, esta relacionou-se com um antigo processo da extinta Junta de Freguesia da Lousã, relativo à utilização indevida de um terreno baldio.

Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, eleição de vogal para o Executivo da Junta sob proposta do Presidente da Junta.

António Marçal propõe para o lugar de Carlos Antunes, enquanto Vogal do Executivo, António de Fátima Lima Gonçalves.

Colocada a proposta a votação secreta, a mesma foi aprovada por maioria, nomeadamente doze votos a favor e um voto contra.

Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

António Marçal procedeu a uma breve explicação, apresentando os dados referentes aos mapas de recebimentos e pagamentos, que apresentam os seguintes valores:

RECEBIMENTOS:

Saldo da Gerência anterior - 33.255,70€ (trinta e três mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e setenta cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor de 32.553,14€ (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e três euros e catorze cêntimos) e das Operações de Tesouraria 702,56€ (setecentos e dois euros e cinquenta e seis cêntimos).

Receitas Orçamentais Correntes - 18.495,14€ (dezoito mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos).

Operações de Tesouraria - 1.258,59€ (mil, duzentos e cinquenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos).

O total de Recebimentos foi de 53.009,43€ (cinquenta e três mil, nove euros e quarenta e três cêntimos).

PAGAMENTOS:

Despesas Orçamentais - 42.830,70€ (quarenta e dois mil, oitocentos e trinta euros e setenta cêntimos), sendo das despesas Orçamentais Correntes o valor de 28.645,59€ (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos) e das despesas Orçamentais de Capital 14.185,11€ (catorze mil, cento e oitenta e cinco euros e onze cêntimos).

Operações de Tesouraria - 1.199,17€ (mil, cento e noventa e nove euros e dezassete cêntimos).

Saldo para a Gerência seguinte – 8.979,56€ (oito mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos), sendo da Execução Orçamental o valor 8.217,58€ (oito mil, duzentos e dezassete euros e cinquenta e oito cêntimos) e das Operações de Tesouraria 761,98€ (setecentos e sessenta e um euros e noventa e oito cêntimos).

Para finalizar a sua exposição, o Presidente António Marçal referiu que o total dos pagamentos foi de 53.009,43€ (cinquenta e três mil, nove euros e quarenta e três cêntimos).

Colocada à votação, a Conta de Gerência referente ao ano de 2013, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Quinto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

Sexto Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação da 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, sob proposta do executivo. Tendo sido aberto o período de inscrições para o ponto em discussão, ninguém se inscreveu.

O Presidente da Junta procedeu à explicação, ponto por ponto, das diversas rúbricas, nomeadamente:

Modificações do Orçamento da Receita:

Inseriu-se na Classificação Económica 0603070000, Serviços e fundos autónomos (CCDRC/IEFP), o reforço de 34.000,00€ (trinta e quatro mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0605010100, Subsídios, o reforço de 7.600,00€ (sete mil e seiscentos euros)

Inseriu-se na Classificação Económica 1005010000, Continente (CMLousã), o reforço de 10.00,00€ (dez mil euros)

Inseriu-se na Classificação Económica 1601010000, na posse do serviço, o reforço de 8.979,56€ (oito mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Modificações do Orçamento da Despesa:

Inseriu-se na Classificação Económica 0101090000, Pessoal em qualquer outra situação, o reforço de 12.00,00€ (doze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0101130000, Subsídio de refeição, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0201010000, Matérias-primas e subsidiárias, o reforço de 500,00€ (quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0201070000, Vestuário e artigos pessoais, o reforço de 1.100,00€ (mil e cem euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202080000, Locação de outros bens, o reforço de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202190000, Assistência técnica, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0202250000, Outros serviços, o reforço de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701030100, Instalação de serviços, o reforço de 15.000,00€ (quinze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701040800, Viação rural/florestal, o reforço de 2.979,56€ (dois mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041301, Águas livres, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041303, Voltar à terra, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701100200, Outros, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI):

Inseriu-se na Classificação Económica 0707030100, Obras de conservação e manutenção dos edifícios Sede e Vilarinho, o reforço de 14.000,00€ (catorze mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0707030100, Obras de conservação e manutenção do estaleiro, o reforço de 1.000,00€ (mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701100200, Aquisição de uma máquina retroescavadora, o reforço de 5.000,00€ (cinco mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041303, Apoio na reparação e beneficiação em tanques de rega, regadios e lavadouros, o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701040800, Beneficiação e conservação de estradas, arruamentos, caminhos pedonais; limpeza de bermas e valetas, etc., o reforço de 2.979,56€ (dois mil, novecentos e setenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).

Inseriu-se na Classificação Económica 0701041301, Beneficiação, reparação e manutenção de fontes e fontenários; colocação e rejuntamento de manilhas em aquedutos, etc., o reforço de 3.000,00€ (três mil euros).

Colocada à votação, 1ª Revisão do Orçamento, Opções do Plano ao PPI, foi aprovada por maioria, com três abstenções.

Sétimo Ponto da Ordem de Trabalhos, apreciação e votação de alterações à toponímia.

Dado a complexidade do ponto em questão e às inúmeras opiniões, Carlos Santos, Presidente da Assembleia, sugeriu a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, pedindo uma reunião com a Comissão de Toponímia do Município. Posto à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Antes de finalizar os trabalhos, Carlos Santos apresentou correspondência dirigida à Assembleia de Freguesia, proveniente do movimento Em Defesa da Escola Pública.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a assembleia às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Mesa

(Carlos Manuel de Jesus Santos)

O Primeiro Secretário

(João António Martins dos Santos)

A Segunda Secretária

(Ana Filipa Rodrigues Sêco)